

**PARECER DO CONSELHO FISCAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA
DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA REFERENTE
AO EXERCÍCIO 2016**

O Regime de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina (RPPS/SC) é considerado de caráter contributivo e solidário. Está organizado de acordo com a Lei Complementar 412/2008 e alterações da Lei Complementar 662/15, sendo composto pela Unidade Gestora – Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV/SC) e pelo Fundo Financeiro.

O IPREV é uma autarquia, com personalidade jurídica própria e autonomia administrativa, patrimonial e financeira, em relação ao Poder Executivo, vinculado à Secretaria de Estado da Administração. O Fundo Financeiro é destinado ao pagamento de benefícios previdenciários a segurados e dependentes de servidores públicos.

Este Conselho Fiscal tomou posse em setembro de 2016 e, como órgão de fiscalização da gestão financeira, apreciou documentos, relatórios, atividades e comparativos de receita e despesa encaminhados pelo IPREV, bem como solicitou algumas informações e esclarecimentos, quando pertinente.

De acordo com o inciso VIII do artigo 43 da Lei Complementar nº 412/2008, “compete ao Conselho Fiscal remeter ao Conselho de Administração do RPPS/SC, anualmente, parecer sobre as contas e os balancetes do IPREV”.

Após análise dos balanços, balancetes e Relatórios de Controle Interno disponibilizados eletronicamente no endereço <HTTPS://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento>, este Conselho emite parecer sobre as contas do exercício de 2016.

1 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os Balanços Orçamentários das unidades gestoras que compõem o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina (RPPS/SC) estão descritos no quadro seguinte. Neles, constam as receitas realizadas e as despesas liquidadas.

Quadro 1 - Resultado Orçamentário do Exercício

RECEITAS/DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	IPREV – Unidade Administrativa	Fundo Financeiro
RECEITAS CORRENTES	2.188.678,86	2.167.902.272,68
Receitas de Contribuições	0	2.067.580.745,37
Receita Patrimonial	1.625.978,51	64.196.183,32
Receita de Serviços	398.138,31	5.047.934,15
Outras Receitas Correntes	164.562,04	31.077.409,84
RECEITAS DE CAPITAL	102,96	0
Alienação de Bens	0	0
Amortização de Empréstimo	102,96	0
SUBTOTAL DAS RECEITAS	2.188.781,82	2.167.902.272,68
DÉFICIT	94.849.620,29	2.963.753.761,32
TOTAL	97.038.402,11	5.131.656.034,00
DESPESAS CORRENTES	96.106.696,07	5.131.656.034,00
Pessoal e Encargos Sociais	39.718.154,76	5.088.257.911,45
Outras Despesas Correntes	56.388.541,31	43.398.122,55
DESPESAS DE CAPITAL	931.706,04	0
Investimentos	931.706,04	0
SUBTOTAL DAS DESPESAS	97.038.402,11	5.131.656.034,00
SUPERÁVIT	0	0
TOTAL	97.038.402,11	5.131.656.034,00

Fonte: Balanço orçamentário

O resultado orçamentário, de acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, é obtido por meio da diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas no exercício. Tais receitas e despesas somente podem ser realizadas após autorização legislativa, que se concretiza por meio da Lei Orçamentária Anual.

Verificou-se, conforme o quadro 1, que a Unidade Administrativa do IPREV apresentou déficit, ou seja, as receitas foram menores que as despesas, num montante de R\$ 94.849.620,29. Porém, conforme verifica-se no quadro 2 a seguir, considerando-se as transferências financeiras, o resultado foi superavitário no montante de R\$ 7.651.262,44. Este ajuste faz-se necessário porque parte das receitas são arrecadas pelas Unidades Gestoras do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, incluindo o Ministério Público e o TCE/SC.

Na Unidade Administrativa no item Outras Despesas Correntes, estão incluídas entre outras despesas: a) PIS/PASEP no total de R\$ 40.141.666,63, sendo que deste valor R\$ 35.040.734,69 pagos em 2016 e R\$ 5.100.931,94 estão em Restos a Pagar; b) Obrigações

Patronais em R\$ 4.606.621,46; c) Locação de mão-de-obra no valor de R\$ 2.998.929,47; e d) Serviços de tecnologia da informação em R\$ 1.351.472,16.

O Fundo Financeiro apresentou no Balanço Orçamentário um déficit de R\$ 2.963.753.761,32, porém considerando-se as transferências financeiras, o déficit final foi de R\$ 451.569.906,55.

Quadro 2 - Resultado Financeiro do Exercício

Itens	IPREV - Unid. Administrativa	Fundo Financeiro
Receita Orçamentária	2.188.678,86	2.167.902.272,68
Despesa Orçamentária	(97.038.402,11)	(5.131.656.034,00)
Transferências Recebidas	117.228.366,74	3.711.871.421,58
Transferências Concedidas	(14.727.381,05)	(1.199.687.566,81)
Resultado	7.651.262,44	(451.569.906,55)

Fonte: Balanço Financeiro

Parte do déficit do Fundo Financeiro foi absorvido pelo superávit financeiro ocorrido no exercício anterior, no montante de R\$ 29.138.033,69, conforme o Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, do Balanço Patrimonial (quadro 3).

Quadro 3 – Apuração do superávit Financeiro – Fundo Financeiro

ESPECIFICAÇÃO	31/12/2016	31/12/2015
Ativo Financeiro	321.628.840,23	43.080.442,62
Passivo Financeiro	58.498.544,39	13.942.408,93
Superávit Financeiro	263.130.295,84	29.138.033,69

Fonte: Balanço Patrimonial

2 - DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (VPA/VPD)

As Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) equivalem-se ao conceito de “Receitas” na contabilidade privada, independentemente da execução orçamentária. Da mesma forma, as Variações Patrimoniais Diminutivas (VDPs) equivalem-se às “Despesas” na contabilidade regida pela Lei Federal 6.404/76 e suas alterações.

Os quadros 4 e 5 a seguir apresentam o resultado patrimonial do exercício (receitas – despesas), da Unidade Administrativa e do Fundo Financeiro.

Quadro 4 - Variações Patrimoniais do Exercício - Unidade Administrativa

Descrição	Valor R\$	Perc. %
Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)	119.460.717,29	100%
Taxa Administração	111.697.872,75	93,50%
Outras Receitas	7.762.844,54	6,50%
Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)	100.092.518,82	100%
Pessoal e Encargos	41.799.318,15	41,76%
PIS/PASEP	35.040.734,69	35,01%
Outras Despesas	8.525.084,93	8,52%
Transferências Intragovernamentais (Concedidas)	14.727.381,05	14,71%
Resultado Patrimonial do Exercício	19.368.198,47	-

Fonte: Balancete Dezembro/2016 e Demonstração das Variações Patrimoniais

Verificou-se que 93,50% das receitas da Unidade Administrativa são relativas à taxa de administração. Quanto às despesas, 41,78% referem-se a Pessoal e Encargos e 35,01% ao PIS/PASEP.

Quadro 5 - Variações Patrimoniais do Exercício – Fundo Financeiro

Descrição	Valor R\$	Perc. %
Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)	43.553.164.811,37	
Reversão de Provisões Matemáticas	37.669.322.118,02	
Total VPAs (-) Reversão de Provisões Matemáticas	5.883.842.693,35	100,00%
Transferências Intragovernamentais	3.716.266.859,59	63,16%
Contribuições Patronais	1.217.110.571,24	20,69%
Contribuições dos Servidores	839.719.407,63	14,27%
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	62.510.909,23	1,06%
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS	27.551.728,19	0,47%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	7.424.290,50	0,13%
Serviços Administrativos	5.047.934,15	0,09%
Variações Monetárias e Cambiais de Créditos a Receber	3.000.037,08	0,05%
Aluguéis	1.682.020,42	0,03%
outras VPAs	3.528.935,32	0,06%
Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)	44.152.103.699,02	
Provisões Matemáticas Previdenciárias	37.796.507.710,96	
Total VPDs (-) Provisões Matemáticas Previdenciárias	6.355.595.988,06	100,00%
Aposentadorias e Reformas	4.174.437.697,90	65,68%
Transferências Intragovernamentais	1.199.687.566,81	18,88%

Pensões	958.846.612,29	15,09%
Variações Monetárias de Sentenças Judiciais	15.875.122,60	0,25%
Pessoal e Encargos	4.639.010,66	0,07%
Honorários Advocatícios - Ônus de Sucumbência	1.819.492,63	0,03%
Outras VPDs	290.485,17	0,00%
Resultado Patrimonial do Exercício	(598.938.887,65)	-

Fonte: Balancete Dezembro/2016 e Demonstração das Variações Patrimoniais

Reversão de Provisões Matemáticas (4.9.7.1.1.03.)	37.669.322.118,02
Provisões Matemáticas Previdenciárias (3.9.7.2.1)	37.796.507.710,96
Resultado negativo das Provisões Matemáticas	-127.185.592,94

Para a análise das variações patrimoniais do Fundo Financeiro, desconsiderou-se as receitas e despesas relativas às provisões matemáticas, que resultaram em R\$ - 127.185.592,94.

Verificou-se que as contribuições patronais representam 20,69%, as contribuições dos servidores 14,27%, e as Transferências Intragovernamentais 63,16% das receitas patrimoniais.

Quanto às despesas, Aposentadorias e Reformas representam 65,68%, Transferências Intragovernamentais 18,88% e Pensões 15,09%.

3 – DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL

Os quadros 6 e 7 a seguir demonstram a situação patrimonial da Unidade Administrativa e do Fundo Financeiro, apresentando os saldos em 31/12/2016 e 31/12/2015.

Quadro 6 - Balanço Patrimonial - Unidade Administrativa

ESPECIFICAÇÃO	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO	15.998.048,34	2.705.567,44
Ativo Circulante	15.638.723,36	2.527.044,53
Caixa em Moeda Nacional	-	
Créditos Tributários a Receber		
Adiantamentos Concedidos	3.500,00	10.890,00
Créditos por Danos ao Patrimônio	40.873,80	40.873,80
Créditos por Cessão de Pessoal	-	11.678,92
Investimentos e aplicações Temporárias	15.522.743,60	2.420.102,08
Estoques	55.563,61	32.622,33
Prêmios de Seguros a Apropriar	15.266,59	9.577,92

Assinaturas e Anuidades a Apropriar	775,76	1.299,48
Ativo Não Circulante	359.324,98	178.522,91
Ativo Realizável a LP		
Crédito da Dívida Ativa Tributária - Intra		
Crédito Dív. Ativa Tributária - Município		
Investimentos		
Imobilizado	359.324,98	178.522,91
Intangível		
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15.998.048,34	2.705.567,44
PASSIVO	3.730.649,08	9.794.790,69
Passivo Circulante	3.178.910,62	7.533.213,35
Pessoal a Pagar	60.786,91	28.256,45
Encargos Sociais a Pagar	205.350,93	189.234,64
Fornecedores a Pagar	128.822,39	99.933,87
Precatórios de Fornecedores	77.147,70	75.214,12
Tributos Federais Renegociados	2.413.617,00	2.456.401,13
Valores Restituíveis (consignações e garantias)	293.185,69	77.551,68
Credores a Pagar Sem Execução Orçamentária		4.606.621,46
Passivo Não Circulante	551.738,46	2.261.577,34
Precatórios de Pessoal	243.147,67	113.025,82
Precatórios de Fornecedores	308.590,79	300.856,46
Tributos Federais Renegociados		1.847.695,06
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.267.399,26	- 7.089.223,25
Resultados Acumulados	12.267.399,26	- 7.089.223,25
Superávits ou Déficits do Exercício - Consolidação	- 39.891.643,89	- 39.975.888,49
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	- 59.792.873,64	- 19.808.821,23
Ajustes de Exercícios Anteriores	-11.575,96	-8.163,92
Superávits ou Déficits do Exercício - Intra OFSS	95.566.644,49	67.720.720,32
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	97.878.898,01	30.158.177,69
Superávits ou Déficits do Exercício - Inter União	-36.297.033,52	-31.175.756,85
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	-45.115.168,61	-13.939.411,76
Superávits ou Déficits do Exercício - Inter Município	-9.768,61	-21.257,30
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	-60.079,01	-38.821,71

Fonte: Balanço Patrimonial

Verificou-se que o patrimônio líquido da Unidade Administrativa passou de R\$ - 7.089.223,25 em 2015 para R\$ 12.267.399,26 em 2016, tendo um acréscimo de R\$ 19.356.622,51. O componente patrimonial que mais colaborou para este acréscimo foi o item “Investimentos e aplicações Temporárias” que passou de R\$ 2.420.102,08 para R\$ 15.522.743,60.

Quadro 7 - Balanço Patrimonial - Fundo Financeiro

ESPECIFICAÇÃO	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO	468.667.494,79	88.227.709,95
Ativo Circulante	342.118.500,00	58.149.258,92
Caixa em Moeda Nacional	19.344,94	696.587,44
Contribuições Sociais - Consolidação	7.327.083,84	2.122.402,86
Créditos Previdenciários Parcelados - Intra	12.670.918,25	12.670.918,16
Créditos Previdenciários Parcelados - Inter Municípios	275.495,28	275.495,28
Ações Passíveis de Alienação	216.162,40	-
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	321.609.495,29	42.383.855,18
Ativo Não Circulante	126.548.994,79	30.078.451,03
Dívida Ativa Tributária - Intra	-	12.670.918,25
Créditos a Longo Prazo - Inter Municípios	17.132.037,50	17.407.532,78
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	2.600,00	
Propriedades para Investimento	41.803.077,93	-
Imobilizado	67.608.439,36	-
Intangível	2.840,00	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	468.667.494,79	88.227.709,95
PASSIVO	1.025.031.808,15	237.164.315,63
Passivo Circulante	105.577.470,15	58.585.142,61
Precatórios de Benefícios Previdenciários	47.263.949,26	44.644.793,26
Valores Restituíveis (Consignações e Depósitos)	58.313.520,89	13.940.349,35
Passivo Não Circulante	919.454.338,00	178.579.173,02
Precatórios de Benefícios Previdenciários	189.055.797,07	178.579.173,02
Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos	730.398.540,93	-
Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	- 556.364.313,36	- 148.936.605,68
Superávits ou Déficits do Exercício - Consolidação	- 4.362.422.300,61	-3.836.432.205,08
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	- 7.198.266.947,98	-3.449.771.841,79
Superávits ou Déficits do Exercício - Intra OFSS	3.735.543.017,36	3.827.295.508,47
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	7.154.452.859,00	3.223.583.269,45
Superávits ou Déficits do Exercício - Inter União	27.533.269,79	24.996.887,33
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	85.700.760,70	60.703.873,37
Superávits ou Déficits do Exercício - Inter Município	407.125,81	340.519,70
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	687.902,57	347.382,87

Verificou-se que consta no Balanço Patrimonial o montante de R\$ 730.398.540,93, relativo às provisões matemáticas de benefícios concedidos. Porém, conforme a Nota Técnica 3189/16, de julho de 2016, tal montante refere-se a linha “Patrimônio”. O montante correto das provisões matemáticas, na forma da referida Nota Técnica, é de R\$ 69.073.092.128,58. Além disso, observa-se que a Nota Técnica 3026/15, de dezembro de 2015, elaborada pelo mesmo atuário, o montante do déficit atuarial é R\$ 134.101.285.001,15, não havendo qualquer justificativa em nenhuma delas para tal discrepância.

Ressalta-se que no Balanço Patrimonial de 2015 não constava nenhum valor em provisões matemáticas, enquanto que na referida Nota Técnica consta o montante de R\$ 120.999.242.764,69. Recomenda-se a análise destes dados.

Houve um acréscimo considerável nas “Aplicações em Segmento de Renda Fixa – RPPS”, que passou de R\$ 42.383.855,18 em 2015, para R\$ 321.609.495,29 em 2016. Esses valores são oriundos do Fundo Previdenciário, que não foram utilizados pelos demais poderes e órgãos, diversamente do que ocorreu com as aplicações do poder executivo, que foram resgatadas imediatamente quando houve a fusão dos fundos.

No item Ativo Não Circulante, conforme Relatório de Controle Interno, mês Dezembro/2016, os Municípios devedores são:

Quadro 8 – Débito das Prefeituras Municipais

Florianópolis	15.333.789,60
São José	1.384.882,04
Imarui	352.576,29
São Domingos	179.301,72
Major Gercino	78.227,52
Anitápolis	16.848,22
Governador Celso Ramos	33.872,16
Dona Emma	10.477,29
Iporã do Oeste	8.940,12
São Bonifácio	4.167,52
Ibirama	4.450,30
TOTAL	R\$ 17.407.532,78

No Relatório de Controle Interno os Municípios de Iporã do Oeste, Florianópolis, São Bonifácio, São Domingos, Ibirama e Dona Emma não estão recolhendo os valores do parcelamento. A área contábil do IPREV informa que destes Municípios, o débito de Iporã do Oeste, São Bonifácio, São Domingos, Ibirama e Dona Emma não são previdenciários e sim dívidas com o Plano de Saúde, que à época era administrado pelo IPREV. O Plano de Saúde passou a ser administrado pela Secretaria de Estado da Administração, que assumiu os créditos e débitos.

4 – DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Anexo ao Balanço Anual consta a Nota Técnica 3189/16, elaborada por Francisco Humberto Simões Magro, Atuário MIBA 494, os dados dos servidores foram disponibilizados pelo Estado referentes ao mês de outubro/2015, conforme quadros abaixo:

QUADRO CIVIL

ITEM	QUANTIDADE	FOLHA PAGAMENTO (R\$)	%
ATIVOS-QUADRO GERAL	31.614	235.044.246,93	37,03
ATIVOS –PROFESSORES	22.574	78.151.165,56	12,31
INATIVOS	43.127	256.096.292,43	40,35
PENSIONISTAS	11.364	65.408.633,74	10,31
TOTAL	108.679	634.700.338,66	100%

QUADRO MILITAR

ITEM	QUANTIDADE	FOLHA PAGAMENTO(R\$)	%
ATIVOS	13.383	73.387.426,68	51,64
INATIVOS	8.550	68.724.554,46	48,36
TOTAL	21.933	142.111.981,14	100%

RESUMO GERAL (ATIVOS, INATIVOS e PENSIONISTAS)

ITEM	QUANTIDADE	FOLHA PAGAMENTO(R\$)	%
ATIVOS	67.571	386.582.839,17	49,76
INATIVOS	51.677	324.820.846,89	41,81
PENSIONISTAS	11.364	65.408.633,74	8,43
TOTAL GERAL	130.612	776.812.319,80	100%

Conforme Relatório de Controle Interno do mês de Dezembro/2016, a despesa com Inativos foi de R\$ 366.635.105,50 (trezentos e sessenta e seis milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, cento e cinco reais e cinquenta centavos) e com Pensionistas foi de R\$ 74.285.451,56 (Setenta e quatro milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e cinquenta e seis centavos). Assim, a despesas com aposentadorias e pensões totalizaram R\$ 440.920.557,06 (base dezembro/2016) enquanto que as despesas com ativos foi de R\$ 386.582.839,17 (base outubro/2015). Assim, conforme fica demonstrado, as despesas com inativos e pensionistas em dezembro/2016 já é superior àquelas com ativos do Estado.

A evolução do plano de custeio está demonstrada no item 3.4 - Futuras Aposentadorias, na tabela 13 da nota técnica, que informa o número de servidores inativos e pensionistas para os próximos 20 anos. Fica demonstrado que se em 2015 a folha de inativos e pensionistas representa 102,65% da folha dos ativos, em 2035 esse percentual se elevará para 128,43%.

Quadro 9 - Resultado do Fundo Financeiro

TIPO	RESERVAS TÉCNICAS	
	2015 (R\$)	2014 (R\$)
(RMBAC)	(R\$ 25.073.070.082,71)	(R\$ 56.530.299.860,76)
(RMBCC)	(R\$ 48.591.804.271,01)	(R\$ 78.240.315.242,87)
(RESERVA TÉCNICA)	(R\$ 73.664.874.353,73)	(R\$ 134.770.615.103,63)
COMP. FINANCEIRA RECEBER	R\$ 3.861.383.684,23	R\$ 13.737.643.880,67
COMP. FINANCEIRA PAGAR	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PATRIMÔNIO (31/12/2015)	R\$ 730.398.540,91	R\$ 33.728.458,27
RESULTADO (DÉFICIT)	(R\$ 69.073.092.128,59)	(R\$ 120.999.242.764,69)

Fonte: Nota Técnica 3189/16.

De acordo com o mencionado relatório, o RMBAC representa a Reserva Matemática de Benefícios a Conceder, a qual é calculada para os segurados do plano que estão em atividade. O RMBCC representa a Reserva Matemática de Benefícios Concedidos, a qual é calculada para os segurados do plano que já estão recebendo benefício de aposentadoria ou pensão por morte.

Conforme Nota Técnica 3189/16, base deste Relatório, as razões da variação do déficit atuarial tem como origens o fato de que “a medida que o tempo passa o déficit atuarial apurado a valor presente deverá ser reduzido pelo equilíbrio atuarial e financeiro definido no presente documento”, aliado ao fato da redefinição do valor da Compensação Financeira a Receber e também a mudança do método de financiamento atuarial.

Diante do exposto, verifica-se que o Fundo Financeiro continua, de forma relevante, deficitário. Suas obrigações e provisões foram segregadas em Fundo Financeiro Civil e Militar.

Nos quadros a seguir o Resultado do Fundo Financeiro é dividido em Civil e Militar, na forma de exigência legal.

Quadro 10 - Apuração do Resultado do Fundo Financeiro Civil

RESERVAS TÉCNICAS	
TIPO	TOTAL (R\$)
(RMBAC)	(R\$ 21.692.516.476,80)
(RMBCC)	(R\$ 39.059.724.231,69)
(RESERVA TÉCNICA)	(R\$ 60.752.240.708,49)
COMP. FINANCEIRA RECEBER	R\$ 3.542.964.539,53
COMP. FINANCEIRA PAGAR	R\$ 0,00
PATRIMÔNIO	R\$ 730.398.540,91
RESULTADO (DÉFICIT)	(R\$ 56.478.877.628,05)

Fonte: Nota Técnica 3189/2016.

Quadro 10 - Apuração do Resultado do Fundo Financeiro Militar

RESERVAS TÉCNICAS	
TIPO	TOTAL (R\$)
(RMBAC)	(R\$ 3.381.313.281,01)
(RMBCC)	(R\$ 9.532.080.039,22)
(RESERVA TÉCNICA)	(R\$ 12.913.393.320,23)
COMP. FINANCEIRA RECEBER	R\$ 318.419.144,70

COMP. FINANCEIRA PAGAR	-
PATRIMÔNIO	R\$ 0,00
RESULTADO (DÉFICIT)	(R\$ 12.594.974.175,53)

Fonte: Nota Técnica 3189/2016

Já se apontou anteriormente que há valores constantes na Nota técnica 3189/16 inconsistentes com os registrados na Nota Técnica 3026/15, ambas relativas ao mesmo período e elaboradas pelo mesmo atuário.

Verificam-se também outras sérias inconsistências no que diz respeito ao cálculo atuarial, como no cálculo do valor atual das obrigações do Fundo Financeiro Militar (tabela 25).

Não há nenhum valor registrado relativo a pensões por morte, nem de aposentadoria por tempo de contribuição. Na verdade não há nenhum valor registrado a título de aposentadoria de militares, mas apenas de professores. Este último pode até ser um erro de confecção, mas a ausência dos demais dados é inexplicável.

Observa-se ainda que, de forma geral, os cálculos efetuados para fins de cálculo atuarial levam em consideração apenas a folha de pagamento, sem considerar que boa parte dos beneficiários irá se aposentar com proventos calculados pela média de suas contribuições.

Além disso, ressalta-se a necessidade de que todos os anexos relativos ao cálculo atuarial sejam disponibilizados a este conselho, com memória e documentação comprobatória dos cálculos realizados.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação aos municípios que não vêm saldando suas obrigações registradas no Balanço do Fundo Financeiro, recomenda-se que sejam adotadas todas as providencias necessárias para sua cobrança e para evitar eventual prescrição, como se alega que já teria ocorrido em alguns casos. Ocorrida a prescrição, recomenda-se a apuração das responsabilidades administrativas cabíveis.

Constatou-se no Fundo Financeiro o pagamento de despesas com folha de pagamento dos inativos, que não são benefícios previdenciários. A Unidade Contábil do Instituto abriu processo IPREV 4640/2016 relatando a questão e solicitando o ressarcimento dos valores. Tais ocorrências registraram-se durante todo o ano de 2016. Este Conselho relatou as ocorrências ao Sr Presidente e recomendou a sua solução.

As receitas com do Fundo Financeiro, como as advindas de Serviços Administrativos e alugueís, estão sendo utilizadas apenas para cobrir o déficit financeiro do poder executivo. Deveriam ser rateadas para cobertura do déficit dos outros poderes e órgãos também.

Ressalva-se a necessidade de justificativas para que as despesas com Honorários Advocatícios - Ônus de Sucumbência sejam debitadas no fundo financeiro, pois este não é uma unidade administrativa.

Registra-se também a necessidade de que as provisões matemáticas apuradas no relatório atuarial sejam devidamente contabilizadas.

Este conselho recomenda também auditoria nas folhas de pagamento dos Poderes, Ministério Público e Tribunal de Contas, para que seja verificada a sua regularidade. É de se ressaltar que a folha de pagamento dos inativos é totalmente elaborada nos próprios Poderes e Órgãos.

Recomenda-se ainda que seja verificada a regularidade da incidência do PIS/PASEP sobre todas as contribuições previdenciárias, inclusive com vistas a eventual questionamento judicial, bem como quanto ao pagamento deste tributo pelo IPREV, ao invés de ser pago pelo poder executivo.

Desta forma, com base nos relatórios contábeis apresentados a este Conselho Fiscal e em atendimento à legislação vigente, manifestamo-nos no sentido de aprovação das contas, com as ressalvas e recomendações anteriormente registradas.

Florianópolis, 28 de março de 2017

Calirio Cipriano da Silveira
Conselheiro Presidente

Laudenir Fernando Petroncini
Conselheiro Vice-Presidente

Raquel Santos Rachadel da Silva
Conselheira Secretária

Fabíola Ferreira de Macedo
Conselheiro Titular

Marina Elisa Pantzier
Conselheira Titular

Ricardo José da Silva
Conselheiro Titular